



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

EMENDA Nº - PLEN
(ao PLP 275/2019)

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei Complementar nº 275, de 2019:

“Art. 1º O Congresso Nacional pode declarar como de relevante interesse público da União, nos termos do § 6º do art. 231 da Constituição Federal, empreendimento de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas, quando, em cada caso concreto:

I – O Estudo de Impacto Ambiental comprovar a ausência alternativas técnica e locacional e que os impactos ambientais decorrentes da instalação e operação do empreendimento, uma vez adotadas as medidas de prevenção, mitigação e compensação, não ameaçam a integridade territorial ou afetam locais necessários à sobrevivência física e cultural dos povos afetados;

II – As comunidades indígenas afetadas tenham dado seu consentimento prévio à instalação do empreendimento, após processo de consulta livre, prévia e informada realizado pelo órgão competente pelo licenciamento ambiental, o qual deve seguir as orientações gerais previstas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e as regras específicas estipuladas nos protocolos de consulta elaborados pelas comunidades afetadas, quando houver.

§ 1º É assegurada a compensação financeira às comunidades indígenas, cujo valor, a ser definido no âmbito do processo de consulta, deve ser proporcional aos impactos da atividade e à limitação ao direito de usufruto exclusivo da comunidade indígena afetada.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

JUSTIFICAÇÃO

O § 6º do art. 231 da Constituição Federal prevê hipótese excepcional de limitação ao direito ao usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais quando existente e declarado o relevante interesse público da União.

A interpretação desse dispositivo constitucional deve ser realizada em conjunto com o § 3º do art. 231, que exige, para os potenciais energéticos, autorização do Congresso Nacional para cada empreendimento específico, além da consulta às comunidades indígenas e da compensação financeira adequada.

Ademais, o direito à consulta livre, prévia e informada é garantido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, em vigor no Brasil, a qual é autoaplicável, dispensando-se regulamentação por parte do Poder Executivo.

Por fim, a compensação financeira em cada caso concreto deve ser realizada de forma proporcional aos danos e impactos da atividade autorizada pelo Congresso Nacional, não podendo ser limitada pela remuneração auferida pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica ou qualquer outro fator alheio à magnitude dos danos e impactos sobre o usufruto exclusivo dos povos indígena.

Por essas razões, a presente emenda visa corrigir equívocos que podem macular o PLP nº 275/2019 de inconstitucionalidades e inconveniências que poderiam levar ao seu questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal, o que traria insegurança jurídica.

Plenário,

Senador FABIANO CONTARATO



SF/22275.39357-10